

Textos para Discussão FEE N° 110

Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã

Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser

Evolução do mercado de trabalho nas regiões do Rio Grande do Sul (2000-2010)

**Mariana Lisboa Pessoa
Guilherme G. de F. Xavier Sobrinho**

Porto Alegre, outubro de 2012



SECRETARIA DO PLANEJAMENTO, GESTÃO EPARTICIPAÇÃO CIDADÃ

Secretário: João Motta



DIRETORIA

Presidente: Adalmir Antonio Marquetti

Diretor Técnico: André Luis Forti Scherer

Diretor Administrativo: Roberto Pereira da Rocha

CENTROS

Estudos Econômicos e Sociais: Renato Antonio Dal Maso

Pesquisa de Emprego e Desemprego: Dulce Helena Vergara

Informações Estatísticas: Juarez Meneghetti

Informática: Valter Helmuth Goldberg Junior

Documentação: Tânia Leopoldina P. Angst

Recursos: Maria Aparecida R. Forni

TEXTOS PARA DISCUSSÃO

Publicação cujo objetivo é divulgar resultados de estudos direta ou indiretamente desenvolvidos pela FEE, ou de interesse da instituição, os quais, por sua relevância, levam informações para profissionais especializados e estabelecem um espaço para sugestões. Todas as contribuições recebidas passam, necessariamente, por avaliação de admissibilidade e por análise por pares. As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade do(s) autor(es), não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista da Fundação de Economia e Estatística.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte.

Reproduções para fins comerciais são proibidas.

<http://www.fee.rs.gov.br/textos-para-discussao>

Evolução do mercado de trabalho nas regiões do Rio Grande do Sul (2000-2010)*

Mariana Lisboa Pessoa**
Guilherme G. de F. Xavier Sobrinho***

Geógrafa
Sociólogo Sociólogo

Resumo

O texto analisa as principais transformações ocorridas no mercado de trabalho do Rio Grande do Sul entre 2000 e 2010, com base nos Censos Demográficos, cotejando-as com as verificadas no nível nacional e, a seguir, buscando identificar contrastes intra-estaduais, a partir de uma divisão regional consagrada (os Conselhos Regionais de Desenvolvimento — Coredes) e, complementarmente, de uma estratificação dos municípios conforme seu tamanho populacional. Priorizam-se os dados referentes à variação demográfica, à taxa de desocupação, à condição de atividade (indivíduos economicamente ativos ou inativos), à posição na ocupação (empregados, conta própria, empregador, não remunerado, entre outros), à formalização dos vínculos de trabalho assalariado e ao rendimento médio do trabalho. Constatam-se significativas disparidades no comportamento das principais variáveis, tanto pela ótica territorial quanto pela estratificação segundo os portes dos municípios. Ainda assim, é generalizada a tendência de melhora das condições gerais do mercado de trabalho, destacando-se a queda na desocupação, o avanço da formalização dos vínculos de emprego e a elevação dos rendimentos do trabalho.

Palavras-chave: Mercado de trabalho; COREDES; Rio Grande do Sul.

Abstract

The paper analyzes the major transformations occurred in the labor market of Rio Grande do Sul (Brazil) from 2000 to 2010, based on Demographic Censuses, comparing them with those found at the national level and then, trying to identify intrastate contrasts, from a devoted regional division (the regional Development Councils - Coredes) and in addition, a stratification of municipalities according to their population size. Prioritize the data relating to demographic change, the unemployment rate, activity status (individuals economically active or inactive), the position in the labor market (employed, self, employer, unpaid, among others), the formalization of ties wage labor and the average income of workers. Realize were significant differences in the behavior of the main variables, both from the perspective as territorial stratification according to the sizes of municipalities. Still, there is a widespread tendency to improve the general health of the labor market, highlighting the drop in unemployment, the advance of the formal linkages employment and rising labor income.

* Texto apresentado no XII Seminário Internacional da RII (Rede Iberoamericana de Investigadores sobre Globalização e Território), que ocorreu em Belo Horizonte (MG), de 1º a 04 de outubro de 2012. Os autores agradecem aos colegas Sheila S. Wagner Sternberg, Gisele da Silva Ferreira e Tomás Pinheiro Fiori, do Núcleo de Desenvolvimento Regional (NDR)/FEE, a interlocução e o apoio em distintos pontos da elaboração do estudo. Agradecem, ainda, a Stefan Rout.

** E-mail: mariana@fee.tche.br

*** E-mail: sobrinho@fee.tche.br

Key words: *Labor markets; COREDES; Rio Grande do Sul.*

1 Apresentação

A recente publicação, pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), dos dados da amostra do Censo Demográfico de 2010 convoca a um esforço coletivo de análise sobre a evolução dos mais diversos indicadores socioeconômicos, em diferentes escalas territoriais, ao longo do intervalo intercensitário, vale dizer, na primeira década deste século. Neste artigo, apresentamos os primeiros resultados de um estudo sobre a trajetória do mercado de trabalho do Rio Grande do Sul nesse período, em que a ênfase recai sobre as consideráveis diferenças intraestaduais.

A identificação das tendências convergentes, bem como dos contrastes de sentido e de intensidade, é buscada, neste momento da investigação, com apoio em duas abordagens complementares: partindo-se, em ambos os casos, dos dados municipais, compõem-se e analisam-se, num primeiro momento, os indicadores para as 28 regiões gaúchas, conforme definidas na institucionalização dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes); num segundo tratamento, os municípios do Estado — que totalizavam 496, em 2010 — são agrupados em estratos conforme o tamanho de suas populações em 2000, permitindo que se teste a hipótese segundo a qual as dinâmicas dos mercados de trabalho apresentam características significativamente distintas conforme o porte das localidades.

A dimensão territorial é fundamental para que se refine o entendimento sobre as transformações que vêm sendo sobejamente assinaladas, em nível nacional, na esfera da ocupação e da geração de renda, ao mesmo tempo em que o mercado de trabalho é um elemento de crucial relevância para o tratamento analítico e para a estruturação mesma das realidades regionais. Este artigo se inscreve na confluência dessas duas áreas de estudo.

Na próxima seção, faz-se um breve apanhado dos principais movimentos que caracterizaram o mercado de trabalho, no Brasil e no Rio Grande do Sul, na última década. Em seguida, retomando-se os mesmos indicadores selecionados, apresentam-se os resultados obtidos a partir do agrupamento dos municípios gaúchos conforme a referida regionalização (Coredes). Na quarta seção, é a vez de retrabalhar esses dados municipais a partir dos estratos por tamanho populacional. Por fim, sintetizam-se as evidências encontradas.

2 Reaquecimento da economia e avanços qualitativos no mercado de trabalho

O decênio que separa os dois últimos Censos caracterizou-se, no Brasil, por uma considerável dinamização, tanto da atividade econômica, expressa nas taxas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), quanto, de forma ainda mais acentuada, do emprego formal.

De acordo com o IBGE, a taxa média anual de crescimento do Brasil, entre 2001 e 2010, foi de 3,6%, resultado bastante superior ao atingido na década anterior, em que esse percentual se

restringiu a 2,5%, e, especialmente, ao dos anos 1980, quando o país cresceu a um ritmo médio de apenas 1,7% ao ano (LORENZI, 2011).

A economia gaúcha, por sua vez, carrega, no acumulado das três últimas décadas, certa desvantagem, relativamente ao agregado nacional, no que diz respeito à intensidade de seu crescimento (LAZZARI, 2010). Esse diferencial se manifestou entre 2001 e 2010, período em que a taxa média anual de crescimento do Estado ficou quase um ponto percentual abaixo da brasileira, situando-se em 2,7%. No Rio Grande do Sul, considerando-se como indicador a média anual por decênio, não houve alteração no padrão de crescimento, quando se comparam as duas últimas décadas, uma vez que, já nos anos 1990, esse percentual localizou-se em 2,7%. Naquela década, registre-se, a economia brasileira e a gaúcha tiveram taxas médias anuais de crescimento praticamente idênticas, verificando-se, mesmo, uma ligeira superioridade da variação do PIB no Estado.

O mercado formal de trabalho — que em conjunturas recentes apresentara persistente tendência à retração, ou baixa capacidade de resposta ao crescimento econômico — tornou-se, no período intercensitário aqui enfocado, uma das expressões mais destacadas do dinamismo econômico recobrado, no Brasil. Com o foco de sua análise voltado para a realidade gaúcha, destacam Jornada e Sternberg (2010:191):

O mercado de trabalho formal ingressou em um novo ciclo nos dois governos do presidente Lula (2003-06 e a partir de 2007), a despeito dos avanços e recuos que marcaram a trajetória do emprego. Destaca-se a ocorrência de um fenômeno já detectado no Brasil no final dos anos 90 e no RS mais recentemente, que é a tendência de crescimento do emprego regulamentado em ritmo maior do que o do PIB, o que pode ser atribuído a uma maior formalização das relações de trabalho, associada, em larga medida, ao crescimento do agronegócio, à interiorização da indústria — já que a indústria é o *locus* do emprego regulamentado — e à maior fiscalização do Ministério do Trabalho na construção civil, no comércio e no setor serviços especialmente.

Efetivamente, na última década, as ocupações assalariadas e com registro ostentaram uma expansão absoluta e relativa inegável, demonstrando que o mercado de trabalho teve uma trajetória positiva não apenas do ponto de vista quantitativo, como também pelo prisma qualitativo. Deteve-se, assim, uma tendência que, especialmente nos anos 1990 — quando postos de trabalho autônomos, domésticos e os empregos sem carteira assumiam crescente parcela na (escassa) ocupação gerada —, foi associada à ideia de precarização (DE TONI, 2006; XAVIER SOBRINHO, 2011).

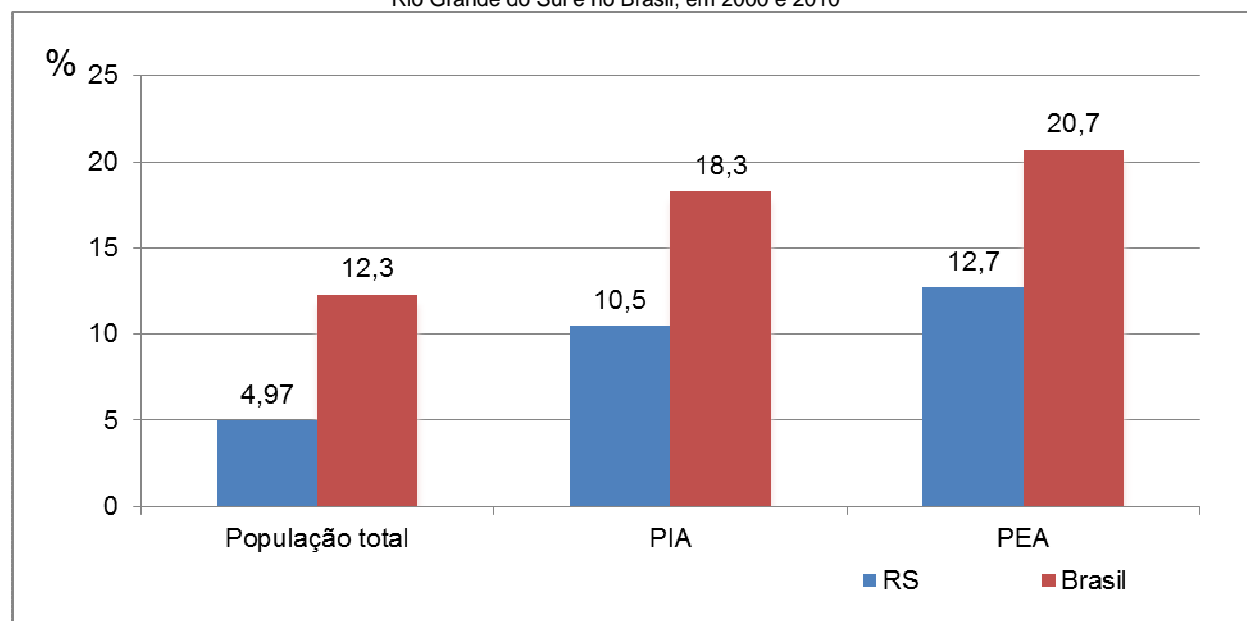
Tomando-se, primeiramente, essa dimensão quantitativa, observa-se que, no Brasil, enquanto a população cresceu 12,3% na década, a população em idade ativa (PIA) expandiu-se mais fortemente, acumulando elevação de 18,3%. Esse, que já seria um fator de incremento da pressão por oportunidades de trabalho, é ainda potenciado por um acréscimo da chamada taxa de participação — a proporção dos indivíduos em idade ativa que efetivamente ingressam no mercado de trabalho, vindo a compor a PEA (população economicamente ativa). No país, essa taxa elevou-se de 56,6%, em 2000, para 57,7%, em 2010. Com isso, a oferta de força de trabalho cresceu 20,7%. A intensidade com que foram gerados postos de trabalho, no entanto, conseguiu não apenas dar conta desse adicional, quanto superá-lo largamente, em termos relativos, o que permitiu absorver não apenas os novos ingressantes do mercado, como avançar sobre o desemprego anteriormente

acumulado. Entre os Censos, o total de ocupados, no Brasil, avançou nada menos do que 31,6%. Esse empuxo reduziu a taxa de desocupação quase exatamente à metade: dos 15,3% medidos no Censo de 2000, chegou a 2010 em 7,6%.

Observando-se os mesmos indicadores para o Rio Grande do Sul, as tendências gerais são plenamente simétricas, mas há contrastes importantes a assinalar. Em primeiro lugar, a pressão demográfica é muito mitigada no Estado, o qual teve, dentre todas as Unidades da Federação, a menor variação populacional, ao longo da última década¹ — apenas 4,97%. Também nesse caso a PIA expandiu-se proporcionalmente mais (10,5%, marcando-se, no Estado, um descompasso ainda mais pronunciado do que no agregado do Brasil, relativamente à população total). O mesmo vale para a PEA, cuja variação (12,7%) superou a da PIA, expressando o avanço da taxa de participação. O contingente de gaúchos economicamente ativos aumentou, ao fim, 12,7% — oito pontos percentuais menos do que o que se verificou no país. De forma harmônica com o movimento nacional, a expansão relativa do total de ocupados (22,0%) demonstra que a economia logrou responder com sobra à pressão por novos postos de trabalho e ainda atenuar sensivelmente o desemprego pretérito. No Rio Grande do Sul, a desocupação recuou proporcionalmente mais do que no agregado do país: a taxa baixou nada menos do que 59,8%. Nos dois extremos da década, ela se mostrava inferior à brasileira: 12,2%, em 2000; 4,9%, em 2010 (Gráfico 1).

Gráfico 1

Varição percentual da população total, da PIA e da PEA, no Rio Grande do Sul e no Brasil, em 2000 e 2010



FONTES: IBGE - Censos Demográficos (2000 e 2010).

Ilustrando-se, agora, por uma de suas expressões mais emblemáticas, as transformações qualitativas no mercado de trabalho, destaca-se o ganho de participação que obteve, no total de ocupados, a categoria dos assalariados com registro formal (agregação de empregados do setor privado com carteira de trabalho assinada, funcionários públicos estatutários e militares). Em 2000,

¹ Os outros dois Estados que compõem a Região Sul (Paraná e Santa Catarina) tiveram variações mais próximas à do agregado nacional, que foi de 12,32%, com aumentos de 9,20% e 16,61%, respectivamente.

ela abrangia 42,1% dos postos de trabalho no país, e 45,2%, no Rio Grande do Sul. Em 2010, sua parcela havia se elevado para 50,7% e 52,5%, respectivamente. Em ambos os recortes territoriais, assumia a condição, nada trivial, de forma majoritária de inserção no mercado de trabalho — um trunfo histórico.

Também os rendimentos médios do conjunto dos ocupados constituem-se em um campo em que se apurou melhora das condições gerais do mercado de trabalho. Numa comparação em que os dados foram corrigidos pelo INPC, constatou-se crescimento real de 6,9% no Brasil e de 10,1% no Rio Grande do Sul, entre os Censos de 2000 e de 2010.

Apresentados esses movimentos gerais — que servem para esboçar um quadro de referência, em nível nacional e estadual, para a evolução dos mercados de trabalho em escalas territorialmente mais limitadas —, passa-se, a seguir, a apresentar os resultados do tratamento aplicados aos dados dos municípios do Rio Grande do Sul, agregados regionalmente e segundo uma estratificação de portes.

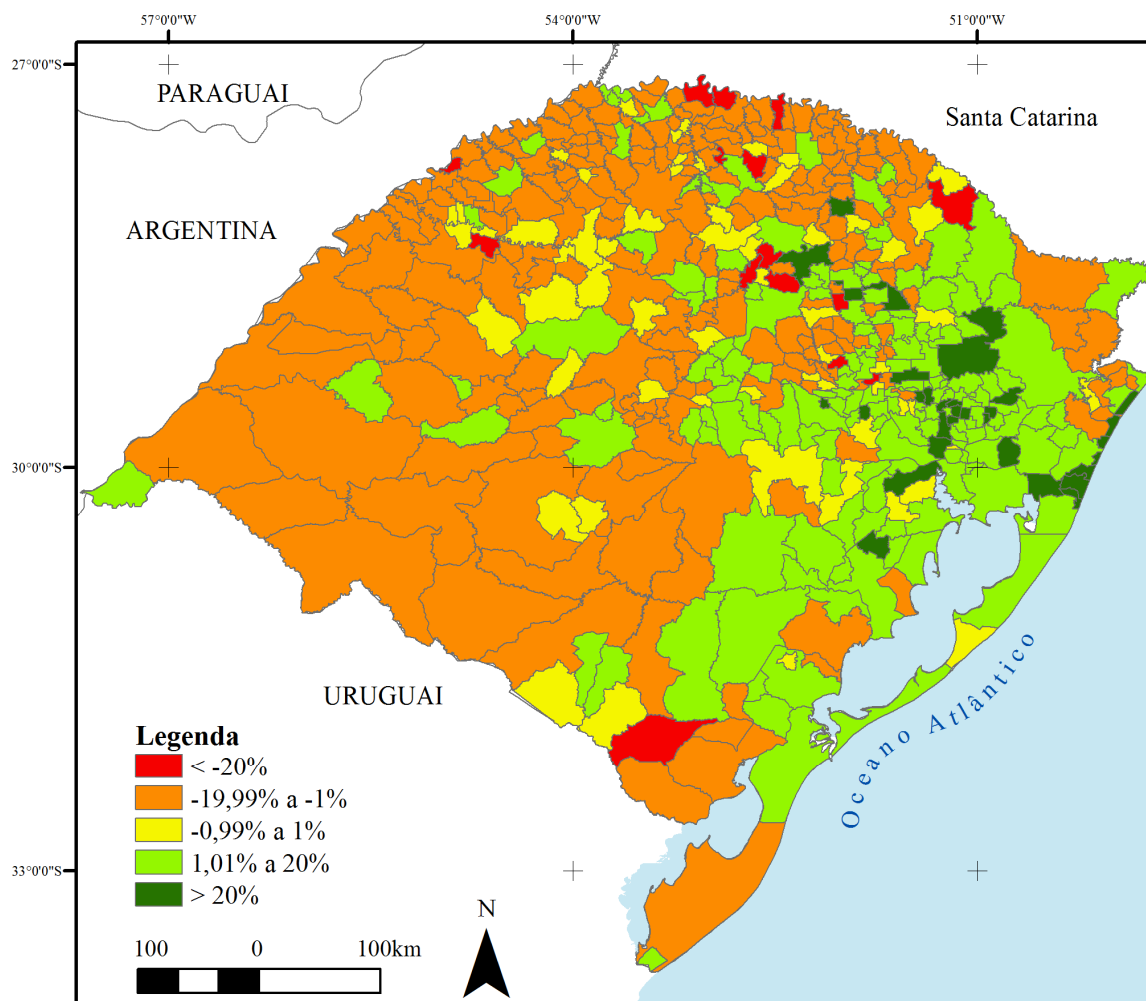
3 Os dados municipais e uma regionalização consolidada — os Coredes

Em 2000, o Rio Grande do Sul tinha 467 municípios, passando a contar, em 2010, com 496². No período intercensitário, o crescimento populacional no Rio Grande do Sul foi, conforme referido, o menor dentre todos os Estados, com uma variação acumulada de 4,97%, o que corresponde a um incremento de 506.087 habitantes. Apesar desse moderado aumento, o Rio Grande do Sul teve uma considerável redistribuição interna da população. É evidente o deslocamento demográfico em um sentido Oeste-Leste, sendo as principais zonas de atração populacional a Região Metropolitana de Porto Alegre e a Região Nordeste (Mapa 1).

² Esses 29 novos municípios correspondem a 0,62% da população do Estado. Dada sua pequena expressão, optou-se por não tentar efetuar ajustes (que tenderiam a ser precários), no cômputo das variações 2000-2010.

Mapa 1

Variação da população nos municípios do Rio Grande do Sul (2000-2010)



FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE - Censos Demográficos (2000 e 2010).

O município que mais ganhou população entre 2000 e 2010 foi Xangri-lá (no Litoral Norte), que teve um aumento de 51,7%, e o que mais perdeu foi Esmeralda (no Nordeste), que registrou um decréscimo de 42,6%. Os dez municípios com mais severas perdas relativas de população estão localizados na metade norte, enquanto os dez com maiores incrementos estão no Nordeste, especialmente no Litoral Norte, que abarca sete desses casos extremos.

Para uma abordagem regionalizada do comportamento do mercado de trabalho gaúcho, optou-se por utilizar a divisão do Estado conforme as áreas dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes). Eles foram oficialmente criados e regulamentados por decretos do governo estadual em 1994, mas começaram a se articular já em 1991. As atribuições, a delimitação e o número desses Conselhos sofreram alterações, nessas quase duas décadas, mas sua consolidação como uma regionalização legítima é amplamente reconhecida no Estado. Por ser cada vez mais adotada por diversificadas instituições e atores coletivos, essa subdivisão tende a se autorreforçar, na medida em que serve como parâmetro para a articulação de ações estratégicas e iniciativas institucionais, bem como para a própria produção de conhecimento “autorizado”. Isso não elide, em absoluto, a perda inerente à escolha de uma regionalização anterior — e até por isso, em

certa medida, externa — à problemática que está sendo pesquisada, como destacam Paiva, Alonso e Tartaruga (2010), num artigo que revisita e problematiza sucessivos esforços de regionalização do Rio Grande do Sul.

No atual estágio desta investigação, a subdivisão do Estado em Coredes abre o caminho para futuros esforços de regionalização, servindo para pôr em relevo a diversidade interna ao Rio Grande do Sul e para pavimentar a identificação de correlações entre as variáveis típicas dos estudos de mercado de trabalho — temática cuja análise se concentra, inercialmente, em formações metropolitanas — e outras dimensões das múltiplas realidades socioterritoriais.

Como se pode observar na Tabela 1, os Coredes têm dimensões populacionais muito diferenciadas, que oscilam entre 98 mil (Campos de Cima da Serra) e 2,4 milhões de habitantes (Metropolitano Delta do Jacuí) — vale dizer, entre 0,9% e 22,6% dos residentes no Estado. O número de municípios que os integram, além disso, distribui-se de apenas 7 a 36, uma amplitude inegavelmente elevada. Ao lado dessa diversidade, por assim dizer, formal, no desenho dessa regionalização, ressalta-se desde logo uma heterogeneidade socioeconômica muito acentuada entre suas unidades. Tanto o PIB *per capita* quanto o Idese³, que não estão condicionados diretamente pela dimensão das regiões, ostentam um arco de variação considerável. No caso do primeiro desses indicadores, o valor mínimo, registrado no Vale do Jaguari, corresponde a menos da metade (43%) do apurado no Corede Serra, que detinha a liderança.

Retomando-se a observação das variações populacionais, agora com o recorte dos Coredes, reencontram-se as evidências do deslocamento populacional do Oeste para o Leste. Os Coredes que mais atraíram população entre 2000 e 2010, relativamente, foram Litoral e Serra, com 21,6% e 17,5% de incremento, respectivamente. Aqueles que mais expulsaram habitantes, por sua vez, foram Missões (-5,6%) e Celeiro (-5,4%).

A evolução dos mercados de trabalho que emergem a partir da composição (estatística) dessas regiões mostra, de forma geral, uma considerável convergência de “sinal”, de orientação, no movimento dos principais indicadores. Tem-se bastante presente (XAVIER SOBRINHO, 2011) que as diferentes categorias analíticas, pelas quais se classificam e se mensuram formas de inserção no mercado de trabalho, revestem-se de significados sociais e implicações consideravelmente distintas em cada formação regional concreta. O exercício de comparação, todavia, comporta e até mesmo requer que, em algum momento da investigação, se busque apoio em dados quantitativos comparáveis.

³ Produzido pela FEE, o Idese (Índice de Desenvolvimento Socioeconômico) “é um índice sintético, composto por 12 indicadores divididos em quatro blocos temáticos: Educação; Renda; Saneamento e Domicílios; e Saúde (...)”, cujos valores distribuem-se entre zero (desenvolvimento nulo) e um (limite superior), tendo metodologia assemelhada à do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da Organização das Nações Unidas (ONU). O detalhamento da construção do índice encontra-se em http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/estatisticas/pg_idese_metodologia.php.

Tabela 1

Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes) do Rio Grande do Sul — indicadores selecionados, 2009 e 2010

Nº	Corede	Nº de munic.	População 2010	% Variação 2000-10	PIB per capita 2009 (R\$)	Idese2009	% Agropec. /ocup 2010	% Desocup 2010
1	Alto Jacuí	14	155.264	-3,1	24.328	0,79179	21,7	4,1
2	Campanha	7	216.269	0,4	13.241	0,76723	17,8	7,2
3	Central	19	391.633	3,8	14.397	0,77246	18,9	5,2
4	Centro-Sul	17	253.461	7,0	13.941	0,73085	32,6	5,7
5	Fronteira Noroeste	20	203.494	-3,3	17.692	0,76791	35,2	3,1
6	Fronteira Oeste	13	530.150	-4,2	15.439	0,76108	17,1	7,6
7	Hortênsias	7	126.985	10,3	13.969	0,73551	13,5	3,2
8	Litoral	21	296.083	21,6	11.488	0,71871	14,9	5,9
9	Médio Alto Uruguai	22	148.403	-5,0	12.103	0,68567	44,9	2,8
10	Missões	25	248.016	-5,6	15.785	0,76151	33,5	4,1
11	Nordeste	19	126.872	2,0	16.605	0,73723	38,4	2,5
12	Noroeste Colonial	11	166.599	3,3	19.391	0,77764	25,7	4,0
13	Norte	32	221.418	-1,3	18.183	0,74887	33,1	2,4
14	Paranhana-Encosta da Serra	10	204.908	11,9	13.124	0,70698	8,3	2,4
15	Produção	21	338.049	8,0	20.216	0,77446	14,3	3,9
16	Serra	31	862.305	17,5	26.647	0,81762	10,6	3,3
17	Sul	22	843.206	2,0	16.042	0,76064	22,2	6,9
18	Vale do Caí	19	169.580	12,4	18.378	0,74053	20,5	3,6
19	Vale do Rio dos Sinos	14	1.290.491	8,1	25.520	0,79219	1,7	5,6
20	Vale do Rio Pardo	23	418.141	5,3	21.312	0,71474	37,0	3,1
21	Vale do Taquari	36	327.723	9,3	19.033	0,74431	25,5	2,4
22	Metropolitano Delta do Jacuí	10	2.420.262	5,3	23.322	0,81170	2,2	6,1
23	Alto da Serra do Botucaraí	16	103.979	1,0	12.837	0,69458	44,6	2,6
24	Jacuí Centro	7	143.340	-3,3	13.918	0,72996	31,1	6,0
25	Campos de Cima da Serra	10	98.018	4,7	17.548	0,77859	36,1	4,1
26	Rio da Várzea	20	130.548	-1,9	15.324	0,72105	39,7	3,7
27	Vale do Jaguari	9	117.250	-3,3	11.348	0,73628	31,4	5,4
28	Celeiro	21	141.482	-5,4	12.285	0,70775	44,5	3,0

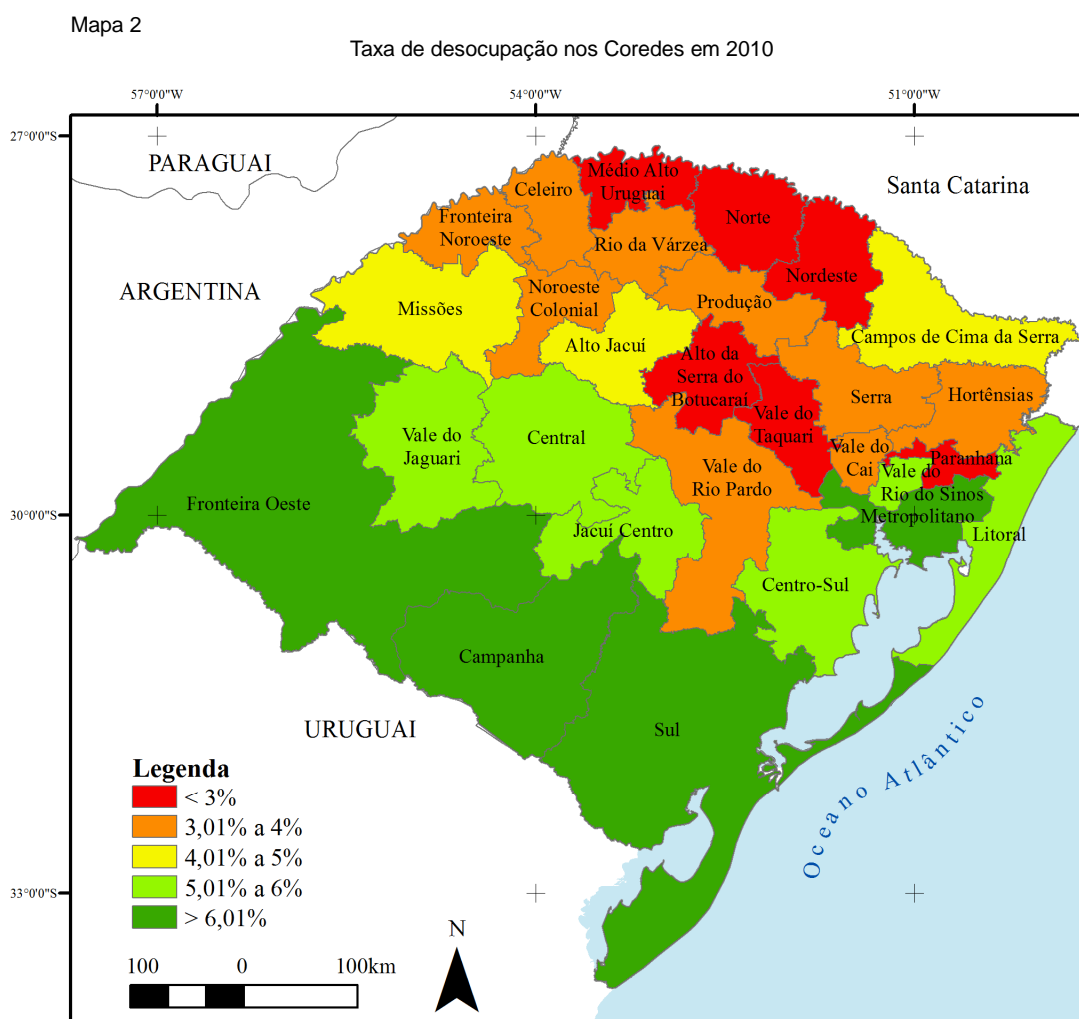
FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE - Censos Demográficos (2000 e 2010) e FEE.

Considere-se o caso do desemprego. Sua expressão é bastante diferenciada, dentre os Coredes, e a magnitude que assume não pode ser tomada como expressão direta (ou inversa, neste caso) da “qualidade” dos respectivos mercados de trabalho. A evasão populacional, por exemplo, é indissociável da desocupação: se aquela resulta, ao menos em parte, desta, também contribui para diminuir a sua incidência e a visibilidade de suas causas. Ademais, aspectos das estruturas produtiva e fundiária incidem na frequência com que indivíduos se encontram na condição tecnicamente categorizada como desocupação. Em uma região em que é relativamente elevada a parcela da força de trabalho alocada na agricultura familiar, por exemplo, posições na ocupação que costumam ser classificadas como precárias — o trabalho não remunerado, notadamente — absorvem parte do excedente de mão de obra, a qual, mesmo subutilizada e privada de retorno monetário em sua atividade, não exerce procura ativa de trabalho — condição metodológica para caracterizar a desocupação.

Como se percebe na Tabela 1, dos nove Coredes com mais baixas taxas de desocupação, em 2010, sete tinham mais de um terço de seus ocupados alocados nas atividades agropecuárias (enquanto, no agregado do Rio Grande do Sul, a participação desse setor restringia-se a 16,5%). Dos

oito Coredes com maior presença relativa do trabalho no setor primário, seis encontravam-se nesse conjunto de mais baixo desemprego.

A amplitude de variação da taxa de desocupação, consideradas as 28 regiões, é muito elevada, como se pode visualizar no Mapa 2. Em três delas (Norte, Paranhana-Encosta da Serra e Vale do Taquari), o percentual limitava-se, em 2010, a 2,4%; o ponto máximo, por sua vez, atingia 7,6%, na Fronteira Oeste.



FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE - Censo Demográfico (2010).

Essa heterogeneidade não impediu que ocorresse, na trajetória intercensitária dos mercados de trabalho das 28 regiões, uma inequívoca convergência, no que tange ao comportamento das taxas de desocupação. Mesmo partindo de magnitudes muito distintas, elas caíram, entre 2000 e 2010, em rigorosamente todos os Coredes, com cadências bastante harmônicas: aquela que menor variação teve, reduziu-se à metade (-50,7%, no Jacuí Centro); a redução mais drástica foi de 70,9%, no Corede Produção.

Mesmo com maior grau de dispersão do que no caso da variação das taxas de desocupação, observa-se similaridade no comportamento intercensitário de outras variáveis centrais para apreender a dinâmica dos mercados regionais de trabalho. Quando se considera a posição na ocupação,

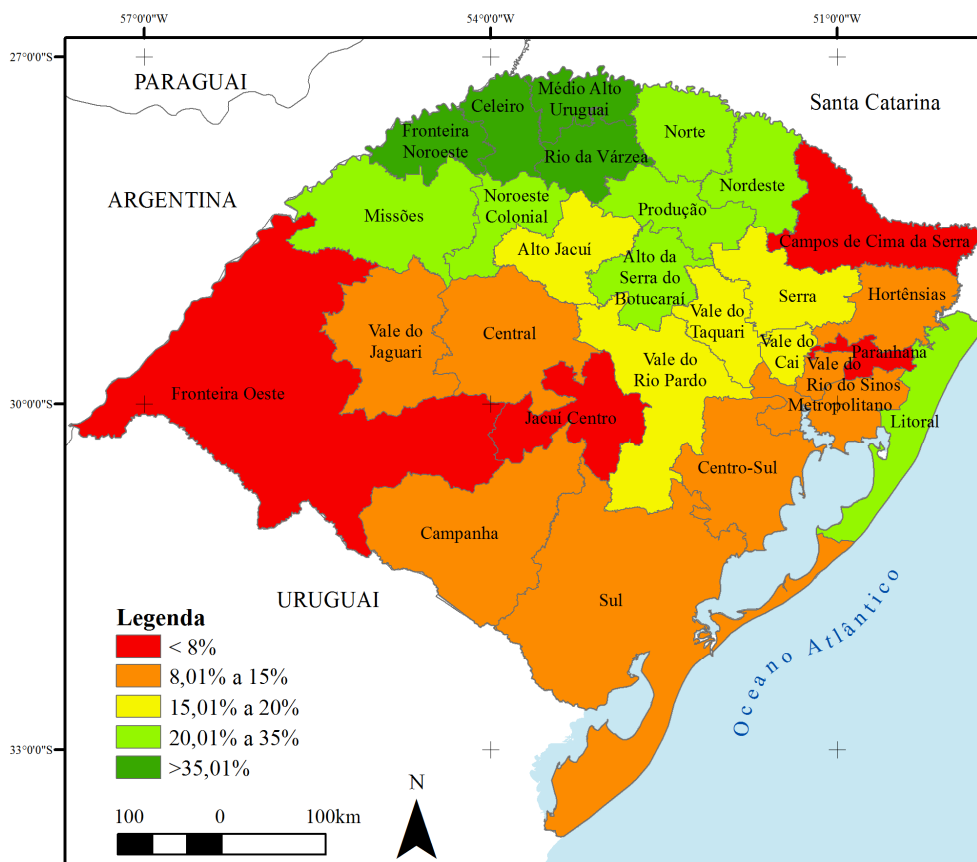
constata-se que uma significativa expansão do assalariamento formal foi generalizada nos Coredes. Em número absoluto de postos — somadas as categorias empregados com carteira assinada e funcionários públicos estatutários e militares —, o aumento menos expressivo de contingente foi de 15,7%, na Fronteira Oeste; no extremo oposto, destaca-se o Litoral, cujo número de empregos formais elevou-se em 72,4%, seguido do Médio Alto Uruguai (67,0%) e da Serra (61,2%).

De forma correlata ao que se observou com relação à desocupação, a expansão do emprego formal — espalhada, como tendência, e diferenciada quanto à intensidade — incide sobre mercados regionais de trabalho estruturalmente muito desiguais. Considerados os 28 Coredes, a participação desse segmento positivamente diferenciado (a agregação de trabalhadores com carteira assinada, funcionários públicos estatutários e militares) sobre o total de ocupados partia, em 2000, de um mínimo de 18,6% (no Corede Médio Alto Uruguai). Naquele ano, em oito regiões, esses assalariados com vínculo formalizado representavam menos de um terço dos ocupados. Tomando-se a outra ponta da distribuição, em apenas cinco Coredes a participação dos empregados formais era superior a 50% — a liderança ficando com o Paranhana-Encosta da Serra (59,4%). Chegando-se a 2010, havia baixado de oito para três o número de Coredes em que o assalariamento formal representava menos de um terço da ocupação. O Médio Alto Uruguai continuava sendo aquele em que a participação dos empregados formais era a mais baixa, no entanto ela se encontrava 11 pontos percentuais acima do registrado em 2000, atingindo 29,9%. Já o número de regiões em que o emprego formal respondia por mais da metade dos postos de trabalho havia dobrado, alcançando dez. A dianteira, desta vez, encontrava-se no Vale do Rio dos Sinos (63,6%).

Tomando-se um terceiro ponto de vista para apreender esse aspecto aqui destacado das mudanças qualitativas envolvendo a “qualidade” da ocupação, observa-se, no Mapa 3, como *variou*, percentualmente, a *participação* que o segmento de empregados formais detinha no total de ocupados de cada Corede, entre 2000 e 2010. Em todas as regiões, o forte crescimento, anteriormente assinalado, no *número* de assalariados com vínculos legalizados reverteu-se em avanço relativo desse contingente no contexto geral dos respectivos mercados de trabalho. Em apenas quatro delas, esse ganho de participação foi menor do que 8% — incluindo-se, nesse grupo, um Corede em que a formalização era superior à do agregado do Rio Grande do Sul (Paranhana-Encosta da Serra), outro em que ela era muito próxima (Campos de Cima da Serra) e dois em que ela era inferior (Fronteira Oeste e Jacuí Centro). As quatro regiões que se destacaram com os maiores avanços relativos desse segmento de ocupados, por sua vez, encontravam-se, ainda em 2010, com percentuais de empregados formais bem inferiores ao observado no Estado. A contiguidade entre elas reforça a pertinência de uma abordagem territorial mais apurada, que ultrapasse esse primeiro exercício de regionalização limitado à subdivisão do Rio Grande do Sul em Coredes.

Mapa 3

Varição percentual da participação dos empregados formais sobre o total de ocupados nos Coredes (2000-2010)

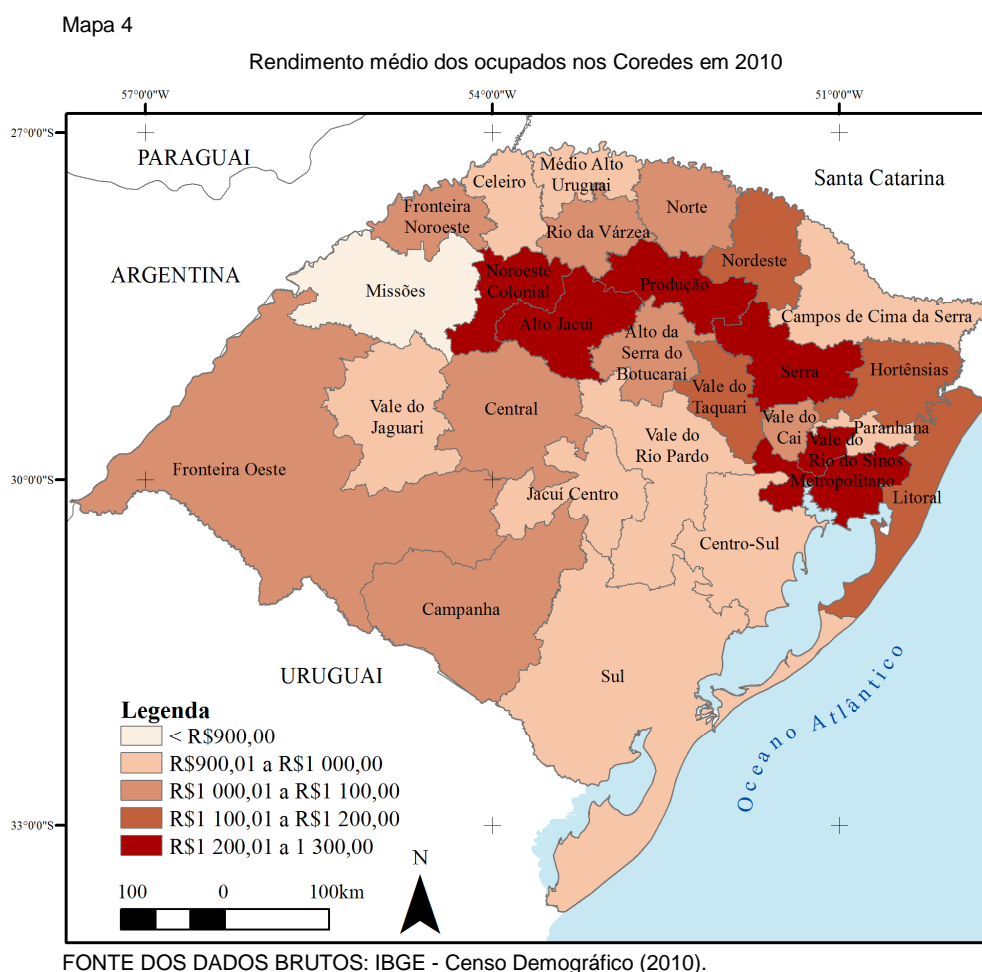


FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE - Censos Demográficos (2000 e 2010).

Um último elemento que merece a atenção, nessa seletiva abordagem dos mercados regionais de trabalho, são os rendimentos do trabalho, que, também eles, elevaram-se de forma generalizada, guardadas as diferenças de intensidade. Em 21 das 28 regiões do Estado o ganho real excedeu aquele apurado para o Rio Grande do Sul, que foi de 10,1%, conforme referido anteriormente. Esse resultado agregado do Estado foi claramente condicionado pelo desempenho de pelo menos quatro dos Coredes com PEAs mais vultosas, com destaque para Metropolitano Delta do Jacuí, Serra, Sul e Fronteira Oeste, que obtiveram elevações de menor intensidade — 9,0%, 9,4%, 3,6% e 4,1% respectivamente. Com menor expressão demográfica, o Corede em que houve a variação menos favorável de todo o Estado foi a Campanha, cujos rendimentos médios reais cresceram apenas 0,7%. Quanto aos Coredes em que as remunerações aumentaram de forma mais acentuada, despontaram Celeiro (+39,0%), que era a região com menor valor médio em 2000; Rio da Várzea (+36,1%), que ocupava naquele ano a antepenúltima posição; e Noroeste Colonial (+34,8%) — esse em posição mais confortável (nona), no *ranking* dos rendimentos de 2000.

No ano de 2010, desse modo, os rendimentos médios do trabalho segundo as regiões do Estado compunham a situação representada no Mapa 4. Observa-se a persistência do diferencial

favorável a algumas das regiões mais populosas e pujantes, em uma configuração territorial em que o eixo Norte-Nordeste mostra clara prevalência.



A evidência, que acima se apresentou, de uma aparente associação entre tamanhos populacionais dos Coredes e comportamento de seus rendimentos médios ao longo da última década, abre o caminho para, na próxima seção, avançarmos os resultados de um exercício em que, alternativamente ao recorte territorial, utiliza-se uma agregação dos municípios do Rio Grande do Sul segundo o seu porte. Retomam-se as variáveis até aqui priorizadas e analisa-se seu comportamento nos diferentes estratos de porte demográfico.

4 Agregação por estrato de contingente populacional dos municípios

O tratamento até aqui consolidado dos dados municipais, que os agregou a partir da regionalização em Coredes, foi suficiente para sugerir que há interesse analítico em contrastar o comportamento das variáveis referentes ao mercado de trabalho segundo o porte populacional das formações territoriais consideradas. Nessa mesma direção, Paiva *et al* (2010), ao discutir aspectos metodológicos dos procedimentos de regionalização, enfatizam a potencial distorção decorrente de

se agruparem municípios dotados de características e funções de polo urbano com outros de dimensões menores e traços sócio-econômicos diferenciados, apontando que os primeiros, para determinados propósitos de pesquisa, devem considerados *outliers* dentro das respectivas regiões.

Por essas razões, considerou-se pertinente estratificar os municípios gaúchos em cinco grupos, conforme o porte de sua população total⁴ em 2000 (Quadro 1), e observar se haveria padrões coerentes de configuração e de evolução de seus mercados de trabalho a partir desse critério de agregação, hipótese que se confirmou com inegável nitidez.

Quadro 1

Estratificação dos municípios segundo o contingente populacional (2000)

Grupo	População em 2000 (nº habitantes)	Número de municípios
A	até 10.000	304
B	10.000 a 20.000	70
C	20.000 a 50.000	51
D	50.000 a 100.000	25
E	mais de 100.000	17

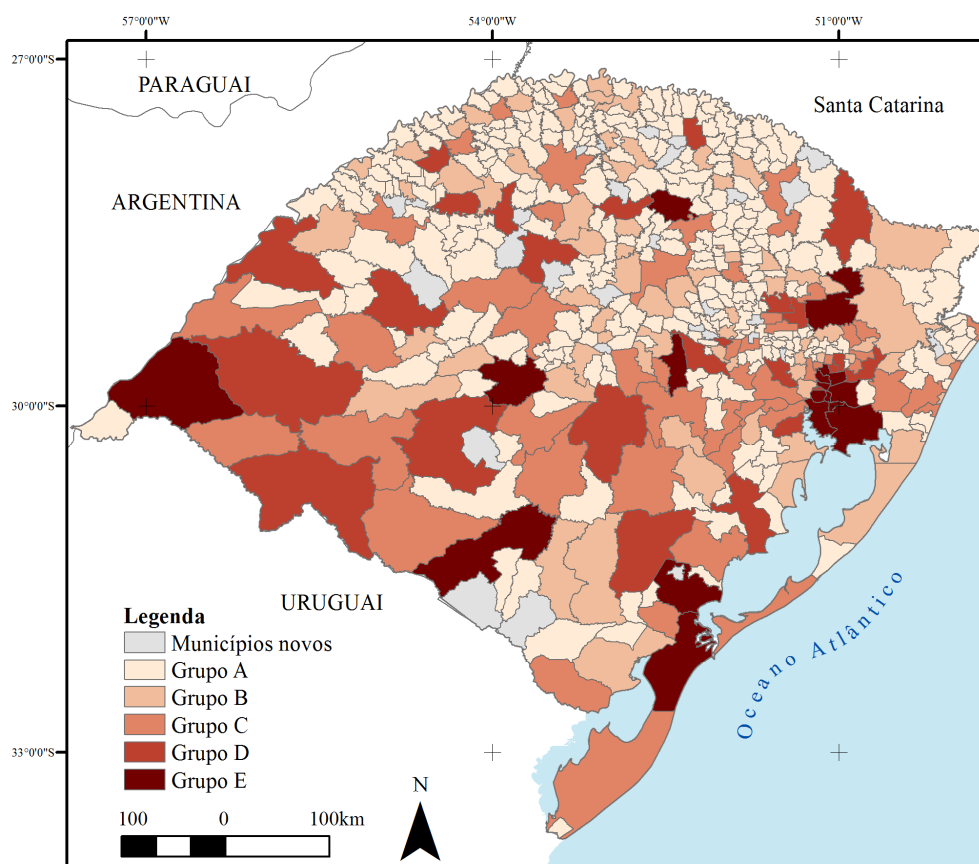
FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE - Censo Demográfico (2000).

Observa-se que o grupo A concentra praticamente dois terços do total de municípios considerados. Ainda assim, julgou-se que uma subdivisão desse estrato seria, analiticamente, pouco útil, sendo já extremamente reduzido o limite superior do grupo. Na medida em que as dimensões populacionais avançam, reduz-se, também, o número de municípios englobados a cada estrato, chegando-se, no grupo E, a um conjunto de apenas 17 unidades com contingente superior a 100 mil habitantes em 2000.

⁴ Ao se tomar a listagem dos municípios de 2010, há 29 municípios que foram desconsiderados (aqueles criados entre os Censos), conforme se registrou anteriormente.

Mapa 5

Distribuição dos municípios estratificados de acordo com o contingente populacional (2000)



FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE - Censo Demográfico (2000).

Independentemente da variação populacional desses municípios entre os dois Censos, eles foram mantidos no grupo em que foram classificados com base no contingente do ano 2000.

A dinâmica demográfica é um primeira dimensão em que se evidencia claro contraste entre os estratos de municípios. No período intercensitário, apenas o grupo A teve crescimento populacional negativo, com uma variação de -2,2% (o equivalente a 30.291 habitantes). Os demais estratos tiveram aumentos que se distribuíram entre 2,2%, no grupo D, e 7,3%, no grupo C. Embora esse estrato, dos municípios entre 20 e 50 mil habitantes, tenha ostentado a expansão relativa mais expressiva, o grupo E, dos 17 maiores, concentrou quase dois terços do aumento populacional do Rio Grande do Sul (Tabela 2).

Tabela 2

População absoluta e variação populacional (2000-2010), segundo estrato de contingente populacional

Grupo	População (2000)	População (2010)	Variação (%)
A	1.378.519	1.348.228	-2,2
B	994.524	1.031.394	3,7
C	1.478.022	1.586.310	7,3
D	1.730.444	1.767.858	2,2
E	4.606.289	4.893.684	6,2

FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE - Censos Demográficos (2000 e 2010).

Abordando-se as variáveis referentes aos mercados de trabalho, observa-se, primeiramente, que a variação da taxa de desocupação repete a tendência já observada na análise por Coredes, de redução generalizada. Nesse agrupamento por portes, o comportamento resulta ainda mais homogêneo, como pode ser verificado na Tabela 3: a amplitude de variação foi de menos de 3 pontos percentuais, entre os -57,2% apurados no grupo B e os -60,1% no grupo E. Mesmo com essa similaridade, registra-se que a variação foi escalar, aumentando gradativamente conforme o porte dos municípios. Quanto a essa variável, a desocupação, que de tanta centralidade desfruta nas análises sobre a temática do trabalho, o que merece atenção é a clara e acentuada “progressão” das taxas conforme o tamanho populacional, evidência cristalina nos dois pontos do tempo, o que reforça as evidências de que a estrutura e a dinâmica do mercado de trabalho tendem a se diferenciar conforme o porte das formações territoriais.

Tabela 3

Taxa de desocupação e variação (2000-2010), segundo estrato de contingente populacional

Grupo	Taxa de desocupação 2000 (%)	Taxa de desocupação 2010 (%)	Variação da taxa de desocupação (%)
A	5,2	2,2	-57,2
B	8,5	3,6	-57,8
C	11,5	4,6	-59,7
D	13,0	5,0	-61,3
E	15,4	6,1	-60,1

FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE - Censos Demográficos (2000 e 2010).

Quando consideramos o grau de formalização da ocupação nos mercados de trabalho desses estratos de municípios, verificamos, não surpreendentemente, que, também nessa dimensão, há uma inequívoca e acentuada “progressão”, conforme avançam os tamanhos populacionais. A soma dos trabalhadores com carteira assinada, funcionários públicos estatutários e militares tinha, em 2010, nos maiores municípios, uma participação duas vezes superior à observada no grupo dos menores (60,9% *versus* 30,7%). No ano 2000, essa distância relativa era ainda mais radical (Tabela 4). O aspecto mais interessante revelado por esse tratamento dos dados, no entanto, talvez não sejam as diferenças estruturais entre esses estratos de municípios, mas a forma como eles se transformaram, ao longo da última década — resultado que contribui para melhor compreender e qualificar, a partir de uma perspectiva territorial, a dinâmica recente do mercado de trabalho brasileiro e gaúcho. A

formalização avançou de modo inversamente proporcional ao porte dos municípios, ou seja, as maiores taxas de variação ocorreram nos estratos de menor porte, com destaque para o grupo A, em que o percentual de participação dos empregados formais cresceu 31,6%. Seguiu-se o estrato B, com 19,6%; os demais grupos tiveram um comportamento semelhante e bastante homogêneo, com as variações de suas taxas girando em torno de 13%.

Tabela 4

Participação dos empregados formais no total dos ocupados e variação (2000-2010), segundo estrato de contingente populacional

Grupo	Participação - 2000 (%)	Participação - 2010 (%)	Variação (%)
A	23,3	30,7	31,6
B	37,6	45,0	19,6
C	45,1	51,1	13,3
D	49,0	55,5	13,3
E	53,9	60,9	12,9

FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE - Censos Demográficos (2000 e 2010).

As mesmas tendências se expressam na forma como evoluíram os rendimentos no período intercensitário, segundo os estratos de porte dos municípios. Houve ganho real generalizado para todos os grupos (Tabela 5), o maior deles registrando-se no estrato dos menores municípios, o qual ostentou uma variação de 22,1%, enquanto a mais modesta se verificava no grupo E, que obteve aumento de 9,1%. Percebe-se aqui, outra vez, um avanço escalar e inverso: os município de menor porte apresentaram as taxas mais elevadas de variação de seus rendimentos do trabalho. Mesmo que as distâncias tenham se reduzido, os municípios de maior porte mantiveram a liderança no que diz respeito aos rendimentos, e as médias mantêm-se decrescentes conforme diminuem os contingentes populacionais.

Tabela 5

Rendimentos médios reais (*) dos ocupados e variação (2000-2010), segundo estrato de contingente populacional

Grupo	Rendimento — 2000 (R\$)	Rendimento — 2010 (R\$)	Variação (%)
A	840,00	1.025,80	22,1
B	944,70	1.083,70	14,7
C	1.035,00	1.156,70	11,8
D	1.148,60	1.274,60	11,0
E	1.333,90	1.455,60	9,1

FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE - Censos Demográficos (2000 e 2010).

(*) NOTA: Valores de julho de 2010 (os dados de 2000 foram inflacionados pelo INPC).

Mesmo com as limitações de uma abordagem ainda bastante aproximativa, parecem sólidas as evidências de que as transformações que vêm sendo assinaladas no comportamento recente do mercado de trabalho brasileiro incidem — e localizam-se — de forma bastante diferenciada no território, e que os portes dos municípios são uma chave de grande valor heurístico para compreender essa dinâmica.

5 Considerações finais

A década passada trouxe sensíveis transformações no mercado de trabalho brasileiro, que se manifestaram, com as inevitáveis diferenças de intensidade, também no agregado do Rio Grande do Sul. Podem-se destacar a drástica redução das taxas de desemprego, a expansão absoluta e relativa do assalariamento formalizado e a elevação dos rendimentos médios do trabalho.

Neste artigo, apresentaram-se resultados preliminares de uma investigação que se propõe a fazer emergir a diversidade territorial do Estado, que as estatísticas agregadas tendem a obscurecer. A partir dos dados municipais, foram compostos, primeiramente, os indicadores para as 28 regiões que constituem os Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes). A análise expôs a notável heterogeneidade estrutural que caracteriza os mercados de trabalho dessas regiões, ao mesmo tempo em que permitiu identificar que os principais movimentos ocorridos na órbita da ocupação manifestaram-se de forma bastante generalizada, do ponto de vista espacial.

Detecta-se uma redistribuição da população gaúcha (em um intervalo de tempo em que o crescimento demográfico foi bastante acanhado) que teve como vetor preponderante o eixo Oeste-Leste — mais precisamente Sudoeste-Nordeste —, o que vem reforçar um padrão espacial historicamente estabelecido de estruturação do mercado de trabalho estadual. De maneira geral, os resultados menos virtuosos das variáveis relativas à ocupação pendem para o Oeste, identificando-se, para o Leste, uma tendência mais positiva. No período intercensitário, segue digna de destaque a Serra, e também ganha considerável expressão o Litoral, regiões que se consolidam como locais de atração de população e de investimentos.

Um segundo tratamento dos dados municipais consistiu em compor estratos de municípios por contingente populacional, o que trouxe indicações bastante eloquentes, seja da configuração dos respectivos mercados de trabalho, seja da dinâmica que eles apresentaram na última década. Os principais indicadores demonstraram-se bastante escalares, obedecendo a progressão dos portes dos municípios — o desemprego, o grau de formalização da ocupação e os rendimentos do trabalho são tão mais elevados quanto maiores as populações. Ao mesmo tempo, as distâncias entre essas realidades tendeu a se estreitar, entre 2000 e 2010, com uma expansão relativamente mais acentuada dos empregos registrados e dos rendimentos nos grupos de municípios com menor expressão demográfica.

A continuidade da investigação orienta-se para refinar a análise, tanto a partir da incorporação de outras variáveis relativas aos mercados de trabalho quanto, sobretudo, por formas alternativas de regionalização, além de um avanço no estabelecimento de correlações com aspectos da estrutura produtiva e da realidade socioeconômica das regiões e grupos de municípios.

6 Referências

DE TONI, Miriam (2006); *Para onde vai o mercado de trabalho? A tendência à precarização das relações de trabalho — um estudo da Região Metropolitana de Porto Alegre*. Porto Alegre, FEE.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA — FEE. Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (Idese). Disponível em:
<http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/estatisticas/pg_idese.php?ano=2009>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA — IBGE. Censo Demográfico (2000). Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/>>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA — IBGE. Censo Demográfico (2010). Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/>>.

JORNADA, Maria Isabel H., STERNBERG, Sheila S. W. (2010); “Transformações no emprego formal, na indústria de transformação do Rio Grande do Sul: 1985 - 2008”, em (CONCEIÇÃO, Otávio A. C. *et al*), *Três Décadas de Economia Gaúcha. A evolução social*, Porto Alegre, FEE.

LAZZARI, Martinho R. (2010); “A economia gaúcha na visão das Contas Regionais — 1981-2009”, in (CONCEIÇÃO, Otávio A. C. *et al*), *Três Décadas de Economia Gaúcha. O movimento da produção*, Porto Alegre, FEE.

LORENZI, Sabina (2011); “Na década, média anual do PIB é a maior desde os anos 70”. Disponível em:
<<http://economia.ig.com.br/na+decada+media+anual+do+pib+e+a+maior+desde+os+anos+70/n1238130441731.html>>. Acesso em 8 jul 2012.

NET — Núcleo de Estudos do Trabalho (2000); “Mercado de trabalho no Rio Grande do Sul nos anos 90”, em (FLIGENSPAN, Flávio B.), *Economia gaúcha e reestruturação nos anos 90*. Porto Alegre, FEE.

PAIVA, Carlos A. *et al* (2010); “Em busca de uma divisão regional mais compatível com as múltiplas necessidades da pesquisa e do planejamento”, em (CONCEIÇÃO, Otávio A. C. *et al*), *Três Décadas de Economia Gaúcha. O ambiente regional*, Porto Alegre, FEE.

XAVIER SOBRINHO, Guilherme G. de F. (2011); *Mercado de trabalho e região: a articulação de duas problemáticas na perspectiva de um estudo de caso*. Porto Alegre, FEE.